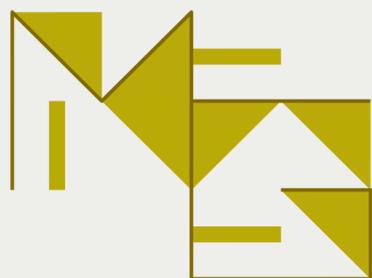




FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

**17 a 21 de março
2025**



Cenário Político

A Comissão Mista do Orçamento se reunirá na quarta-feira (19) para votar o parecer do senador Angelo Coronel (PSD-BA) sobre o Orçamento de 2025, que pode ser votado no Congresso no mesmo dia ou no dia seguinte. O senador afirmou que as pendências do Vale-Gás e do Pé-de-Meia foram resolvidas e que o Bolsa Família pode sofrer um corte de R\$ 8 bilhões, visando beneficiários irregulares. A votação pode ser adiada devido à disputa pela instalação das comissões permanentes da Câmara.

A indefinição sobre o comando das comissões na Câmara pressiona o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) a cumprir acordos prévios. O PL reivindica a Comissão de Relações Exteriores para Eduardo Bolsonaro (PL-SP), gerando resistência. Além disso, busca manter controle sobre Minas e Energia e avançar sobre comissões tradicionalmente ligadas à esquerda. Outros partidos disputam comissões estratégicas, como Meio Ambiente (MDB), Integração e Desenvolvimento Econômico (União Brasil) e Agricultura (PP).

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA

Gleisi Hoffmann assumiu o comando do Ministério das Relações Institucionais, encarregado da articulação política com o Congresso Nacional. Em sua posse, adotou um discurso cauteloso e sinalizou apoio aos partidos da base aliada, incluindo o Centrão.

ECONOMIA

A produção da indústria de bens de capital registrou um crescimento de 4,5% em janeiro em relação a dezembro, segundo o IBGE. Comparado a janeiro de 2024, o avanço foi de 8,2%. No acumulado dos últimos 12 meses, a alta alcançou 9,6%.

SOCIAL

O IPCA registrou alta de 1,31% em fevereiro, o maior aumento desde março de 2022, quando subiu 1,62%, segundo o IBGE. Com isso, a taxa acumulada em 12 meses subiu de 4,56% em janeiro para 5,06% em fevereiro, o nível mais alto desde setembro de 2023, quando alcançou 5,19%.

Pacheco Descarta Assumir Ministério

O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) descartou a possibilidade de assumir um ministério no governo de Lula, após reunião com o presidente no Palácio da Alvorada no sábado (15). Pacheco afirmou que deseja exercer seu mandato no Senado pelos próximos dois anos, como apoiador do governo, e trabalhar em projetos importantes, como a atualização do Código Civil. Lula gostaria de tê-lo em seu ministério, considerando a relevância de Pacheco para o governo e para Minas Gerais, mas o senador mineiro resistiu, destacando sua intenção de não concorrer à reeleição e ainda sem decidir sobre uma candidatura em 2026. O encontro também incluiu discussões sobre alianças políticas em Minas, com o presidente sugerindo a candidatura de Pacheco ao governo estadual em 2026, mas o senador permanece indeciso. A reforma ministerial de Lula segue em impasse.

PEC dos Militares

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, intensificou articulações para destravar a PEC dos militares no Congresso. A proposta prevê que integrantes das Forças Armadas que ingressarem na política sejam transferidos para a reserva, evitando a politização da tropa.

Na semana passada, Múcio se reuniu com a nova ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e líderes do governo no Senado, Jaques Wagner e Randolfe Rodrigues, buscando apoio para a tramitação. A PEC, parada desde novembro de 2023 após aprovação na CCJ, precisa de maioria de três quintos para avançar. O ministro pretende aprová-la no Senado ainda no primeiro semestre.

Um dos principais argumentos do governo é que a medida não gera custos ao orçamento e já é adotada em 11 países. O texto tem apoio dos comandantes das Forças Armadas, e há expectativa de que eles auxiliem na articulação.

A PEC se tornou prioridade para Múcio, que pediu mais empenho de Lula para sua aprovação. Ele vê a proposta como um legado para despolitizar as Forças Armadas, especialmente diante do julgamento do STF sobre a tentativa de golpe. No Planalto, Múcio conta com sua relação próxima com Gleisi para avançar nas negociações.

PEC da Anistia

Sóstenes Cavalcante, líder do PL na Câmara dos Deputados, afirmou que já tem os votos necessários para aprovar o projeto de lei que anistia os golpistas do 8 de janeiro, mas busca garantir um quórum de 308 votos para evitar surpresas e pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF). O projeto, que anistiará os envolvidos em manifestações desde as eleições de 2022 até a data de sua aprovação, também pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, caso seja condenado por crimes relacionados à tentativa de golpe.

O PL espera pautar a anistia nas próximas semanas, com apoio significativo de deputados do Republicanos e de outros partidos, como PSDB, MDB, Podemos e Solidariedade. Sóstenes acredita que a proposta tem o apoio necessário para ser aprovada, mas quer garantir uma margem maior para reforçar sua posição caso o STF a considere inconstitucional. O projeto também poderia afetar o julgamento da trama golpista após a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Bolsonaro e seus aliados.

Comissões da Câmara

Nesta semana, a Câmara dos Deputados deve instalar suas comissões permanentes, essenciais para o fluxo legislativo, já que muitas propostas são analisadas e aprovadas nelas sem necessidade de passar pelo plenário. Além da função técnica, o controle dessas comissões garante poder político e acesso a emendas orçamentárias, tornando-as altamente disputadas. O PL, partido de Jair Bolsonaro, busca comandar a Comissão de Relações Exteriores para contestar processos contra o ex-presidente e a de Segurança Pública, alinhada ao seu discurso. Já o PT, de Lula, mira a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para evitar investigações contra o governo e tem interesse em áreas sociais como Educação e Direitos das Mulheres.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), a mais influente da Casa, deve ficar com o União Brasil, que também deseja a Comissão de Integração Nacional. O PP quer manter a Comissão de Agricultura, enquanto o PSD pleiteia Minas e Energia. O MDB, por sua vez, segue com Meio Ambiente, alinhando-se à COP30 no Pará.

Ato Bolsonarista em Copacabana

A manifestação bolsonarista em Copacabana no domingo (16) reuniu um grande número de apoiadores, mas teve adesão menor que atos anteriores. Jair Bolsonaro reafirmou que não sairá do Brasil e insistiu que eleições sem sua participação seriam antidemocráticas. Ele também acenou ao PSD, mencionando Gilberto Kassab como aliado na luta pela anistia.

O evento contou com discursos duros, como o de Silas Malafaia, que chamou Alexandre de Moraes de "ditador", e de Flávio Bolsonaro, que prometeu derrotar o "alexandrismo". Já o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, criticou a economia sob Lula, reforçando o discurso do alto custo de vida.

A mobilização visa pressionar o Congresso a anular penas de envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. Foi a primeira manifestação desde que a PGR denunciou Bolsonaro por tentativa de golpe. Apesar do desgaste, Bolsonaro mantém influência na direita e dificulta o surgimento de novos nomes para 2026. Seu alinhamento com Tarcísio indica que o governador só disputará a Presidência caso haja um acordo entre ele

Governo Prepara Projetos para Segurança Pública

O Ministério da Justiça do governo Lula (PT) está preparando três novos projetos de lei relacionados à segurança pública: aumento das penas para receptação, criação da Lei Antimáfia e atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro. A Lei Antimáfia visa enfraquecer financeiramente organizações criminosas que se infiltraram no meio social e político, enquanto a atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro incluiria criptomoedas e metais preciosos. A proposta de aumentar as penas para receptadores, especialmente para crimes como roubo de carga e celulares, também está em pauta.

Entretanto, outras sete propostas enviadas pelo governo já estão travadas no Congresso. Uma das poucas que avançou foi a que classifica a violência nas escolas como crime hediondo, aprovada pela Câmara, mas ainda sem votação no Senado. O governo tem priorizado a agenda econômica e evita gerar atritos que possam prejudicar a tramitação dessa pauta.

Notícias da Semana



PEC da Segurança Pública, uma das missões urgentes de Gleisi

O GLOBO



Além de PEC, governo Lula prepara 3 projetos de lei para a segurança pública

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★



Pacheco se reúne com Lula e descarta assumir ministério

CNN
BRASIL



Bolsonaro diz que Kassab e o PSD apoiam anistia ao 8 de janeiro

Congresso
em Foco



PEC da Segurança Pública pode finalmente sair da gaveta do Planalto

veja



Em busca da popularidade: Lula aposta em isenção do IR, Minha Casa, Minha Vida para a classe média e Mais Médicos

G1



Sessão Deliberativa Ordinária

Terça-feira (18) - 14h

PLP 192/2023 - reduz inelegibilidade de políticos condenados

PLP 192/2023 - deputada Dani Cunha (UNIÃO-RJ) - Altera a Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, e a Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

Relator: senador Weverton (PDT-MA)

Parecer: pela aprovação com emendas de redação



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Quarta-feira (12) - 9h

1ª Parte - Eleição

Finalidade:

Eleição de Vice-Presidente para o biênio 2025-2026.

PL 5365/2020 - Tipifica os Crimes de Domínio de Cidades

PL 5365/2020 - deputado Sanderson (PL-RS) - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de domínio de cidades e de intimidação violenta; e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos).

Relator: senador Flávio Bolsoraro (PL-RJ)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

Clique aqui para acessar nossa análise do substitutivo

PL 5550/2020 - Aumenta Penas para Crimes de Roubo, Furto e Receitação

PL 5550/2020 - senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) - Altera os arts. 155, 157, 180 e 180-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas aplicáveis aos crimes de furto, roubo e receptação, bem como aperfeiçoar a redação dos referidos tipos penais.

Relator: senador Hamilton Mourão (REPUBLIC-RS)

Parecer: pela aprovação com duas emendas

PL 5564/2023 - Torna Obrigatório o Estatuto da OAB nas recepções dos prédios dos órgãos de segurança pública

PL 5564/2023 - deputado Pr. Marco Feliciano (PL-SP) - Torna obrigatória a disponibilização de exemplar do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil nas recepções dos prédios dos órgãos de segurança pública previstos no caput do art. 144 da Constituição Federal e nos estabelecimentos prisionais estaduais e feder

Relator: senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

Parecer: pela aprovação



REQ 2/2025 - Requer Convocação de Ministro da Justiça para Esclarecer Suspensão de Acordos de Cooperação entre PRF, FICCOs e MP Estaduais

REQ 2/2025 - senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) - Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a suspensão dos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) mantidos entre a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) e com os Ministérios Públicos Estaduais (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECOS.

REQ 3/2025 - Requer Audiência Pública para Debater ADPF 635 e Seus Reflexos na Sociedade Brasileira

REQ 3/2025 - senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a ADPF 635 e seus reflexos na sociedade brasileira.

Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial

Terça-feira (18) - 13h55

PL 6969/2013 - Lei do Mar (Emenda nº1 - Destina parte dos recursos ao FUNAPOL)

PL 6969/2013 - ex-deputado Sarney Filho (PV-MA) e outro - Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Relator: deputado Tulio Gadêlha (REDE-PE)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo

PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Relator: deputado Max Lemos (PDT-RJ)

Parecer: pendente de parecer

PLP 22/2025 - Amplia prazo de liquidação de restos a pagar

PLP 22/2025 - senador Ranfolfe Rodrigues (PT-AP) - Dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Relator: deputado Danilo Forte (UNIÃO-CE)

Parecer: pendente de parecer

**Há a previsão de intações das Comissões
nesta quarta-feira (19).**



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*